

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: QUAL O LUGAR QUE OS PROFESSORES OCUPAM?

Fabiana Gomes de Magalhães
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
fabiana.ufjf@gmail.com

INTRODUÇÃO

Busca-se dialogar com as certezas, incertezas, inseguranças, conhecimentos, desconhecimentos, acertos e desacertos nos diferentes espaços de discussão e reflexão sobre políticas de formação continuada e no ambiente escolar. As questões acerca das políticas de formação continuada são instigantes, pois possibilitam adentrar em vários campos, principalmente naqueles que se revelam espaços incertos e problemáticos, em confronto com as possibilidades e limites que o professor possui na realidade de nossas escolas. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma discussão acerca do lugar destinado e/ou ocupado pelos professores no processo de construção das políticas de formação continuada no âmbito de uma rede municipal de educação.

Para subsidiar tal discussão, serão focalizados alguns dos resultados encontrados na pesquisa de mestrado que se propôs a refletir acerca do processo de construção da política de formação continuada, intitulada: “Políticas de formação continuada de professores: dos marcos legais à realidade da rede municipal de ensino de Juiz de Fora-MG”, realizada em 2012. Tratou-se de um estudo de caso em que focalizou algumas escolas da rede municipal de Juiz de Fora com o intuito de identificar as percepções sobre formação continuada e trabalho docente; perspectivas teóricas e ações efetivadas no cotidiano escolar; aproximações e distanciamentos entre as diversas facetas da esfera educacional.

FORMAÇÃO CONTINUADA: O LUGAR QUE OS PROFESSORES OCUPAM

Ao se debruçar sobre os processos de formação continuada, busca-se mostrar as propostas para esse fim, o papel dos professores, as relações estabelecidas entre formação e desenvolvimento profissional e entre formação e melhoria da qualidade da educação. No entanto, ao longo da pesquisa, percebeu-se que a formação continuada de professores é um assunto colocado em diferentes

discussões, como forma de superar as deficiências dos processos formativos anteriores à inserção do profissional no mundo do trabalho.

Observou-se que a política de formação continuada do município em questão é estruturada a partir de várias ações, caracterizadas pela heterogeneidade, que vão desde cursos de extensão até cursos de formação que concedem diplomas profissionais em nível superior. A organização da estrutura de formação continuada analisada é feita a partir das impressões dos gestores da Secretaria Municipal de Educação (SME), tendo como parâmetro os índices atingidos nas avaliações externas propostas pelos governos federal (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB), estadual (Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB) e as impressões dos departamentos de ações pedagógicas e educação infantil que atuam diretamente nas escolas.

No bojo dessas evidências, constatou-se que a maioria dos programas oriundos da iniciativa pública da SME de Juiz de Fora ajusta-se ao padrão de preencher as lacunas de uma formação inicial frágil e precária. As propostas buscam ensinar conteúdos e metodologias, com o intuito de fazer com que os professores os coloquem em prática na sala de aula. Diante desse cenário, buscou-se investigar qual era o lugar dos professores nessa política. No entanto, o que se percebeu foi uma falta de lugar dos professores.

O eco das análises dos dados construídos apontou para a urgência em reconhecer o professor como sujeito de seu conhecimento e, portanto, como sujeito que tem algo a dizer sobre a sua própria formação profissional. De acordo com os docentes, sujeitos da pesquisa, eles ocupam o lugar de meros participantes nas propostas elaboradas pela SME, e não de autores. Isso levanta a hipótese de que essa situação ocorre pela falta de iniciativa dos professores ou pela ausência de espaço no campo da elaboração da política de formação continuada da rede em questão. Ademais, muitos profissionais argumentaram que para participarem das formações levam em consideração, além da questão do plano de carreira, outros fatores, como: disponibilidade, interesse pela temática oferecida, apoio da escola, organização dos cursos, seus objetivos, entre outros. Alguns relatos dos professores explicitam tal situação:

Não há liberação para formação no horário de serviço. Deveria ter horários flexíveis para quem trabalha dois turnos poder participar.

Em relação a horários. Na maioria das vezes não podemos fazer porque trabalha em mais de uma escola.

Falta de vagas. Deveria oferecer mais vagas e cursos de especialização.

Melhorar as opções de cursos de aperfeiçoamento e formação continuada.

As ações são utopias... Utópicas!

Faltam ações tendo como base a realidade de uma sala de aula. Ações mais objetivas. (MAGALHÃES, 2012).

Em síntese, com base no estudo realizado, podemos destacar algumas categorias importantes para (re)pensar a política de formação continuada, reveladas ao longo do processo e a partir do depoimento dos sujeitos da pesquisa:

- Concepção de formação continuada: observou-se uma contradição entre o que é proposto em relação à formação continuada na rede municipal de ensino e o discurso acerca da concepção em relação a tal processo. Os gestores reconhecem a escola como espaço formador no discurso, mas nos documentos referentes à formação continuada da rede municipal essa perspectiva não é contemplada.
- Necessidades dos professores: ficou claro que há investimento no que diz respeito à elaboração e à efetivação da política de formação continuada da rede municipal de ensino. Contudo, para que sejam alcançados os objetivos de melhoria da qualidade da educação, torna-se imprescindível tornar o professor autor e protagonista do seu processo formativo. Isso demanda um esforço coletivo de ampliar o espectro das ações do professor, da escola e da universidade.
- Participação dos professores: essa dimensão foi muito apontada por todos os participantes. Para os professores, a disponibilidade de tempo é um fator relevante quanto à decisão de participarem das ações formação continuada oferecidas pela SME. A dupla jornada, ou até mesmo tripla, dos professores faz com que eles invistam pouco nesses processos. Além disso, o fator financeiro foi apontado, pois os professores efetivos não recebem gratificações por participarem de atividades nessa perspectiva, a não ser se forem cursos de pós-graduação *stricto* e *lato sensu*. Já para professores contratados, os certificados de participação agregam valor em

seu currículo, o que os possibilita a ter uma melhor classificação na listagem de profissionais que desejam firmar contrato no ano seguinte.

Nessa seara, torna-se imperativo que os professores encontrem mecanismos que os mobilizem e incentivem um (re)situar, de modo a terem reconhecido o seu papel de protagonista frente à elaboração das políticas de formação continuada. Defende-se que esse deveria ser um compromisso tanto dos gestores, através do modelo de gestão adotado, que reconheça a importância e o grau de protagonismo que o professor deve ter na elaboração das políticas, quanto do professor, que precisa reconhecer sua importância na construção de uma proposta coletiva e responsável de participação nas questões que envolvem a educação e, particularmente nesse caso, sua formação continuada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho não pretendeu pontuar as características e os modelos de formação que se encontram nas considerações de muitos pesquisadores, mas buscou realizar uma reflexão, mesma que sucinta, sobre a produção de uma concepção dada de formação no atual contexto. Dessa forma, buscou-se oportunizar uma reflexão sobre política de formação continuada, a partir de um projeto específico e com características determinadas. Muitos são os desafios que o professor tem enfrentado, o que tem exigido um novo papel social e, por conseguinte, uma nova concepção de formação.

Portanto, ratifica-se que não devemos enfrentar os desafios da formação com propostas paliativas. Para tanto, o primeiro passo deve ser na direção de superar a lacuna entre aqueles que elaboram a política de formação continuada daqueles que irão colocá-la em prática. Enfim, deveríamos perseguir e adotar a perspectiva colaborativa de formação em nossas ações. Dessa forma, torna-se necessário o fortalecimento da institucionalização das ações de formação por meio da parceria entre a universidade e as escolas. Esse caminho pode ser promissor, na medida em que as propostas deixem de ser produzidas de forma pontual e descontínua e passem a ter como ponto de ancoragem as práticas e os saberes docentes.

REFERÊNCIAS

MAGALHÃES, Fabiana G. **Políticas de formação continuada de professores**: dos marcos legais à realidade da rede municipal de ensino de Juiz de Fora/MG. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.